

# Guerra à inflação

Na matéria que rendeu a manchete de ontem deste jornal, o secretário de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, anunciou a estratégia do governo para tentar conter a inflação, talvez a partir de outubro. O plano do governo — que é veiculado justo no momento em que se tornam mais agudas as pressões em cima de Fernando Henrique Cardoso — repousa em quatro pilares: o primeiro é o reajuste das tarifas públicas pela média da inflação; o segundo virá da correção dos salários com dez pontos abaixo da inflação real; o terceiro decorrerá da venda dos estoques reguladores do governo; e o quarto seria a reversão das expectativas inflacionárias, mediante diálogo permanente entre o governo e os proprietários das furiosas maquininhas de remarcação. Este plano, convenhamos, não é grande coisa, mas já é alguma coisa.

A remarcação das tarifas públicas pela média da inflação significa que o País vai continuar a pagar muito caro pela queda da inflação, se ela cair, é claro. O que nunca tem sido dito, pelo próprio governo, com bastante clareza é que as tarifas públicas brasileiras estão achatadas. Em outras palavras, paga-se muito pouco no Brasil pela energia elétrica consumida, por exemplo. Basta comparar com as tarifas praticadas em outros países. O arrocho tarifário funciona como subsídio aos grandes consumidores e foi responsável pela quebra das estatais de energia. No caso do petróleo, segundo a Petrobrás, a defasagem entre o preço real dos combustíveis e a tarifa praticada no Brasil é de 40 por cento. Ou seja, o governo paga o combustível usado pelos particulares e pelos empresários.

O reajuste dos salários abaixo da inflação não prejudica só os empregados. Causa grandes danos à indústria e ao comércio, que vivem do poder aquisitivo dos que trabalham. Mas, se tiver alguma influência na queda dos índices inflacionários, o arrocho não será tão pernicioso. Por si só, o aperto salarial — conforme prova a história recente do Brasil — não derruba índices.

Já com relação à venda dos estoques reguladores, talvez seja possível guardar algum otimismo. O governo atual já fez alguma coisa neste setor, conforme mostrou o ministro da Fazenda, Barros Munhoz, em recente cadeia nacional de rádio e televisão. O governo precisa, no entanto, ser mais ágil na venda dos estoques, de forma a quebrar as altas especulativas. A venda de alimentos estocados não deve ser somente um elemento de combate à inflação, mas também de justiça social. Não é concebível que milhões de pessoas passem fome neste País que produz alimentos em excesso.

Por fim, temos o tal diálogo permanente entre governo e formadores de preços. A experiência dos últimos anos tem sido péssima. Repetem-se os casos de remarcação preventiva ou exacerbada de preços. Como não tem mecanismos punitivos, o governo limita-se a só ameaçar, mesmo os reincidentes, que são quase sempre os mesmos, demasiadamente bem conhecidos. Ora, este programa mínimo só poderá ser deslanchado depois que uma série de grandes obstáculos venha a ser derrubado: política salarial e negociação das dívidas estaduais. Embora bastante céticos, os brasileiros esperam que o governo tenha sucesso.